

OS DESAFIOS DA ARTE DE ENSINAR DIANTE DAS MUDANÇAS PEDAGÓGICAS E TECNOLÓGICAS

THE CHALLENGES OF THE ART OF TEACHING FACING PEDAGOGICAL AND TECHNOLOGICAL CHANGES

186

José Caetano Minus

Mestre em Filosofia, pela Pontifícia Universidade Gregoriana, PUG, Itália. Graduado em Teologia (Faculdade Dehoniana, DEH, Brasil) e em Filosofia (Centro Universitário Claretiano, Batatais/SP, Brasil). Atualmente é docente no Centro de Estudos da Arquidiocese de Ribeirão Preto/CEARP, São Paulo.

Contato: caeminus@yahoo.com.br

RESUMO

O presente artigo apresenta uma análise acerca da prática docente hodierna. Partindo da visão de estudiosos, procurar-se-á refletir sobre as diretrizes para uma prática coerente com as exigências atuais. Trata-se de mostrar a importância da busca por uma formação de qualidade e contínua, de aprimoramento e atualização de metodologias, cujo foco principal é atender as necessidades dos alunos, bem como garantir a aprendizagem. Diante dos avanços tecnológicos, o professor não pode ser um mero transmissor de informações. Se por um lado há professores ultrapassados, por outro lado percebe-se que se trata da falta de interesse, de aperfeiçoamento e estratégias. A profissão docente deve ser repensada à luz da disponibilidade do professor em rever sua prática pedagógica.

Palavras-chave: Professor. Mudança. Tecnologia. Pedagogia

ABSTRACT

This article presents an analysis of today's teaching practice. Starting from the view of scholars, we will try to reflect on the guidelines for a practice consistent with current requirements. It is about showing the importance of the search for quality and continuous training, for improvement and updating of methodologies, whose main focus is to meet the needs of students, as well as guarantee learning. In view of technological advances, the teacher cannot be a mere transmitter of information. If on the one hand there are outdated teachers, on the other hand it is perceived that this is a lack of interest, improvement and strategies. The teaching profession must be rethought in the light of the teacher's availability to review his pedagogical practice.

Keywords: Teacher. Change. Technology. Pedagogy. Strategy.

INTRODUÇÃO

A compreensão de que o mundo muda com rapidez, no que diz respeito à complexidade de informações, torna-se atualmente a indefinição do devir. Segundo Morin (2001) o que há de concreto hoje é que “o futuro se chama incerteza”.

O artigo propõe como objetivo pesquisar o papel do professor diante dos avanços tecnológicos e das concepções pedagógicas das últimas décadas.

O trabalho é organizado em três partes. Na primeira a educação foi conceituada na visão de alguns autores como Demerval Saviani, Maria Lúcia de Arruda Aranha, Pedro Demo, Zabala, entre outros. A educação surge num contexto sócio-histórico e cultural, no qual os homens e a sociedade se desenvolvem por meio da comunicação e suas interações sociais.

Na segunda parte, o foco recai sobre a prática docente e as exigências da modernidade, diante dos avanços tecnológicos e as mudanças de paradigmas educacionais. A estruturação desta parte foi baseada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 e vários autores que debatem sobre o tema: José Carlos Libâneo, Edgar Morin e Nida Alves.

A terceira parte reflete sobre a importância da mudança de postura dos docentes, que contribuem, com suas experiências, para a qualificação em vista da mediação educacional. Ora, não basta a oferta de cursos, a vontade e o compromisso frente às novas exigências devem ser levados em conta, pois atualização apenas não garante bons profissionais.

Em suma, uma cultura tecnológica de base é imprescindível para pensar as relações entre a evolução dos instrumentos e as competências intelectuais na relação com o saber, transmitido pelas escolas.

BREVE ANÁLISE DO CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO

As Tendências Pedagógicas Liberais receberam influência do ideário da Revolução Francesa de “liberdade, igualdade e fraternidade”. O saber já produzido é muito mais importante que a experiência do sujeito e o processo pelo qual ele aprende, mantendo o instrumento de poder entre dominador e dominado.

Na Tendência Liberal Tradicional é tarefa do professor fazer com que o aluno atinja a realização pessoal, por meio de seu próprio esforço. O cultivo do intelecto é descontextualizado da realidade social e voltado para o estudo dos clássicos. A aprendizagem se dá de forma receptiva, automática, sem que seja necessário acionar as habilidades mentais do aluno, além da memorização.

Seu método enfatiza a transmissão de conteúdos e a assimilação passiva. É ainda intuitivo, baseado na estimulação dos sentidos e na observação. Através da memorização, da repetição e da exposição verbal, o professor chega a um questionamento, estimulando o individualismo e a competição. Segundo Friedrich Herbart, o método envolve cinco passos: preparação, recordação, associação, generalização e aplicação.

A Tendência Liberal Renovada, por sua vez, trata de um novo pensamento pedagógico internacional que, inspirado em John Dewey, revolucionou o tradicionalismo na educação brasileira. Segundo essa tendência, o papel da escola é atender as diferenças individuais, as necessidades e interesses dos alunos, enfatizando os processos mentais e habilidades cognitivas necessárias à adaptação do homem ao meio social.

Numa perspectiva histórica é digno de nota que, na antiguidade, Platão propôs uma educação pautada pelo afastamento do homem em relação a tudo que o prenda à sua experiência, a fim de atingir a sua essência verdadeira, no mundo das ideias. Na Idade Média, Santo Tomás considera a educação a realização das potencialidades do homem. Também durante o Iluminismo, no século XVIII, a ênfase recai sobre o ideal do homem racional. Kant define a educação como um processo para o homem chegar a ser homem, na busca da perfeição de que é capaz.

No início do século XX, Durkheim foi o primeiro a analisar o caráter social da educação, desenvolvendo uma abordagem científica não mais centrada no conceito, mas no fato concreto da educação.

Segundo Zabala (1998), a educação acontece a todo momento e a toda hora, desta forma ela está presente em todas as circunstâncias da vida humana, ela faz parte do cotidiano, do modo de agir e de pensar a própria realidade.

De acordo com Libâneo (2002), a educação acontece em muitos lugares, por meio de várias agências. Além da família, a educação se faz presente nos meios de comunicação, nas empresas, nos clubes, nas academias. Assim as escolas devem assumir o compromisso do aprimorar-se em face à nova realidade.

A educação constitui-se na principal premissa para que o ser humano se desenvolva social e culturalmente. O conceito de educação evoluiu através dos tempos devido a vários fatores, dentre os quais é possível destacar o nível cultural de determinada sociedade, a influência e o poder da classe social dominante, bem como a forma de transmitir os conhecimentos adquiridos pelas antigas gerações.

Segundo Saviani (2003), há de se diferenciar os conceitos de trabalho material e não-material. O trabalho material é aquele para adquirir bens materiais necessários à subsistência material, o trabalho não-material refere-se à produção do saber, uma vez que é necessário primeiramente idealizar os objetivos da ação.

Ora, a educação se enquadra na categoria de trabalho não-material, pois é

ela própria a produtora de ideias, conceitos, valores, símbolos, hábitos, atitudes e habilidades. Em relação ao trabalho não-material, há duas modalidades: atividades em que o produto se separa com o ato de produção, exemplo o livro; atividades em que o produto não se separa com o ato de produção, exemplo professor x aluno. A educação se enquadra na segunda modalidade, uma vez que a aula é produzida pelos professores e consumida pelos alunos.

A natureza da educação está diretamente relacionada à construção do homem, correspondendo a não dissociação do produto e o ato de produção, ou seja, para que ocorra educação pressupõe-se a existência de um conjunto de fatores ambientais, pessoais e materiais.

Nesta linha de raciocínio, Saviani (2003, p. 11) infere:

Falar da natureza da educação é esclarecer que esta é um fenômeno próprio dos seres humanos, é uma exigência do processo de trabalho. Os homens se educam enquanto vivem e buscam sua sobrevivência. A educação é vida e a essência do homem é o trabalho, pois o que diferencia o homem dos outros animais é a necessidade de este precisar produzir sua própria existência: em lugar de adaptar-se à natureza, ele tem que adaptar a natureza a si, isto é, transformá-la. E isto é feito pelo trabalho. Portanto, o que diferencia o homem dos outros animais é o trabalho.

Atualmente é crescente o anseio social para que a educação convirja para a formação de cidadãos com senso crítico, conscientes de seus direitos e obrigações, com a capacidade de inovar e aperfeiçoar. Tal anseio ainda é mais relevante em razão de uma verdadeira persuasão de uma sociedade globalizada, que exige cada vez mais de cada indivíduo.

Segundo Demo (2005), o que não se pode negar é que a educação faz parte da política de qualquer sociedade, que almeja desenvolver-se. Muitas vezes é tratada de forma distorcida, como palanque por políticos que pleiteiam o poder. Contudo, é preciso discutir meios eficazes e aplicáveis a cada caso concreto, pois a educação não pode ser vista como um remédio para todos os males da sociedade, mas como um caminho para o desenvolvimento sustentável, consciência crítica, transformadora e responsável.

Demo (2005, p. 103), ressalta que:

Nem de longe “educação é tudo” como repete o *marketing* neoliberal, porque nenhuma política sozinha é tudo. Não faz sentido fantasiar educação como panacéia, não só porque precisamos de todas as políticas sociais e econômicas, mas principalmente porque promessas altissonantes e fundamentalistas são sempre propagandas enganosas. A discussão que construo aqui quer evitar a panacéia, ao tempo que pretende não menos encenar sua importância iniludível para o futuro da sociedade.

Desta forma se percebe que existe um longo caminho a ser percorrido para que a sociedade, como um todo, perceba realmente qual é o objetivo da

educação.

Infelizmente, a educação é vista como mercadoria, pois o conhecimento é apresentado de forma que o aluno não se interessa pela aprendizagem, mas pelo certificado, com a intenção de ser valorizado no mercado de trabalho. Por outro lado, presencia-se a proliferação de estabelecimentos de ensino particulares que buscam recrutar, a todo custo, “clientes” para seu “material de consumo”.

Nesse contexto Saviani (2003, p. 13), pondera:

Se a educação não se reduz ao ensino, é certo, entretanto, que o ensino é educação e, como tal, participa da natureza própria do fenômeno educativo. Assim, a atividade de ensino, a aula, por exemplo, é alguma coisa que supõe, ao mesmo tempo, a presença do professor e a presença do aluno. Ou seja, o ato de dar aula é inseparável da produção desse ato e de seu consumo. A aula é, pois, produzida e consumida ao mesmo tempo (produzida pelo professor e consumida pelos alunos).

Não obstante a força da ideia de educação como material de consumo, existem posições diferentes, segundo as quais a educação não é uma mercadoria, pois “educar não é a mera transferência de conhecimentos, mas sim conscientização e testemunho de vida. É construir, libertar o ser humano das cadeias do determinismo neoliberal, reconhecendo que a história é um campo aberto de possibilidades” (MÉSZÁROS, 2005, p. 13).

A reflexão acerca da educação leva a concluir que é urgente uma mudança nesta concepção, ou seja, deixar de ser uma mercadoria e se tornar meio eficaz na formação de homens conscientes, ativos, sujeitos históricos e políticos capazes de agir criticamente na transformação da sociedade.

UM OLHAR CRÍTICO SOBRE A PRÁTICA DOCENTE

A educação no Brasil, nos últimos tempos, vem passando por questionamentos, reflexões e busca de soluções. É de capital importância, para a reflexão da prática docente, uma visão do antes e do momento atual. Nessa perspectiva, urge garimpar um novo paradigma educacional.

Segundo Aranha (1989), na pedagogia tradicional a iniciativa recaía sobre o professor, sujeito e elemento decisivo de todo o processo. Na nova pedagogia, a iniciativa concentrava-se no aluno, na relação interpessoal e intersubjetiva. Na pedagogia tecnicista, a seu turno, o elemento fundamental passa a ser a organização racional dos meios, onde professor e aluno assumem uma posição secundária e não passam de meros executores de um processo.

Atualmente, com a galopante transformação ocorrida em nível internacional, e em todos os setores, promovida pela globalização e revolução tecnológica, é urgente que os educadores assumam uma nova postura no

cotidiano escolar.

O paradigma construtivista pode ser considerado um ponto de partida para repensar a educação. Este paradigma concebe o sujeito e o objeto como organismos vivos e interativos, considerando a necessidade de diálogo do indivíduo consigo mesmo e com o outro, na busca da comunhão com o Universo.

Estes valores definem as necessidades do homem de hoje, inserido num mundo calcado na desigualdade social e ameaçado de destruição pelo avanço tecnológico. Assim, o novo paradigma pretende formar um indivíduo menos egoísta, no resgate da dignidade humana, por meio de um processo de humanização das relações sociais. Nessa linha de raciocínio, Perrenoud (2000, p. 27), defende que o mundo globalizado ou a era das relações requer,

(...)uma nova ecologia cognitiva, traduzida na criação de novos ambientes de aprendizagem que privilegiem a circulação de informações, a construção do conhecimento pelo aprendiz, o desenvolvimento da compreensão e, se possível, o alcance da sabedoria objetivada pela evolução da consciência individual e coletiva.

O professor como transmissor de conhecimento desaparece para dar lugar à figura do mediador. A negação da imagem do professor como mero disseminador de informações é retomada no paradigma emergente, que parte do princípio de que na era da internet, o professor não é a única e nem a mais importante fonte do conhecimento.

Cabe ao docente, mais do que transmitir o saber, articular experiências para que o aluno reflita sobre suas relações com o mundo e o conhecimento. O desafio está, portanto, na incorporação de novas tecnologias a novos processos de aprendizagem, que oportunizem aos discentes, atividades que exijam investimento intelectual, emocional, sensitivo, intuitivo e estético.

De acordo com o novo paradigma, a noção de conhecimento precisa ser revista. Se o conhecimento não é algo acabado nem definitivo, os conceitos passam a ser relativos, e a realidade será sempre um modo particular de percepção do mundo e das coisas, não havendo verdades perenes.

Se não há verdades absolutas, também não há um mundo externo ao indivíduo a ser comunicado. Toda percepção, todo conceito, toda observação leva em conta o olhar do observador, de modo que a própria realidade se relativiza. Desta forma, ao invés de centrar nos conceitos, o novo paradigma sugere que a escola privilegie as relações, dando maior importância ao processo e à auto realização e autoestima.

Essa nova prática, segundo Dewey e Teixeira, exige ambientes que extrapolem o espaço da sala de aula, de modo mais assíduo, não apenas os laboratórios e os espaços sociais da escola, como também os disponíveis na comunidade. A sala de aula deixa de ser o templo da transmissão do conhecimento, para sediar importantes momentos de socialização, do diálogo e

do confronto entre experiências e teoria, da formulação de problemas e da busca de soluções eficazes.

A proposta é uma escola na qual o aluno participa de uma Comunidade e sua futura profissão seja concebida como instrumento de presença no mundo. Uma escola que forme cidadãos para a Comunidade, uma presença humanizada, que implique não competitividade, mas vivência coletiva, no crescimento com o outro.

Nesse sentido são esclarecedoras as observações de Zabala (1998), ao afirmar que uma educação relacional prevê um novo espaço na história da evolução da humanidade, na correção das desigualdades sociais, das injustiças e desequilíbrios. Portanto, uma educação de cunho ecológico, relacional, pluralista, interdisciplinar, interdependente.

Deste modo, cabe ao docente oferecer condições, no cotidiano escolar, para que os educandos desenvolvam a consciência dessa interdependência e procurem agir sem exagerada competitividade.

Os impasses do atual momento histórico são mesclados com velhos problemas. Pouco se tem estudado sobre o professor “com suas teorias e práticas escolares, conflitos de identidade pessoal e profissional que lhe trazem dificuldades no processo de reconhecer-se nessa realidade” Alves (1999, p. 34).

Não são raras afirmações de que a profissão de professor está fora de moda, que perdeu seu lugar numa sociedade repleta de comunicação e informação. Muitos são os pais que acreditam que a melhor escola é a que ensina por meio de computadores, adaptada para a sociedade informacional.

Segundo LIBÂNEO (2002, p. 47), “a escola precisa deixar de ser meramente uma agência transmissora de informação e transformar-se num lugar de análises críticas e produção da informação, onde o conhecimento atribui significado à informação”.

A referida concepção de escola também é compartilhada por Morin (2002), uma vez que uma série de competências devem ser desenvolvidas por um profissional da educação, a fim de interagir cooperativamente com a comunidade profissional e com a sociedade. Não se trata de modernizar a cultura, mas sim culturizar a modernidade.

A visão desses autores revela uma alternativa para lidar com a situação atual da educação, ameaçada pela perda de valores. Muitos não veem utilidade nos conteúdos trabalhados na escola e acreditam que não têm a ver com a realidade cotidiana.

Motivada pela realidade vivenciada pelos professores, há uma percepção voltada para a defesa da formação continuada e coerente, capaz de atualizar, não somente o embasamento teórico, mas também as novas tecnologias. Nesse sentido, Seabra (2001, p. 26), afirma:

A nova geração nasceu num universo invadido pela imagem: esta sempre fez parte de seu horizonte cultural. Em contrapartida, os adultos que desejam interessar-se seriamente pelas imagens são obrigados a fazer uma verdadeira conversão mental e vivem dolorosamente um processo laborioso de aculturação. Os professores precisam, se não ultrapassar, pelo menos alcançar seus alunos. Não é impertinente pensar que os programas destinados às crianças fossem ministrados primeiro aos professores.

Atualmente, os computadores e os sistemas automatizados estão em estreita relação com o ambiente social, desde as atividades básicas até as mais elaboradas e complexas. O mundo contemporâneo está marcado pelos avanços na comunicação e na informática e por outras tantas transformações tecnológicas e científicas.

Motivada por essa realidade, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, Seção III, do Ensino Fundamental, estabelece o uso dos conhecimentos tecnológicos úteis à integração dos alunos:

Artigo32- O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão mediante: (...) a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade.

A abordagem legal ressalta que, além do esforço de cada professor, as escolas, em geral, também devem oferecer uma educação moderna, reflexiva, crítica e de qualidade, tanto para alunos como para professores em formação inicial e continuada, a fim de que desenvolvam a capacidade de compreender e utilizar novas linguagens tecnológicas.

As exigências das mudanças, em âmbito educacional, apontam para a necessidade de desenvolver uma prática que se apoie na experiência. Ora, ela é importante porque valida a prática, proporciona segurança. Há situações de aprendizagem, cuja necessidade de argumentos explicativos torna-se imperativa. Assim é necessário estabelecer relações, praticar inferências, analogias, enfim, "(...) agir em uma sociedade mutante e complexa é, antes, entender, antecipar, avaliar, enfrentar a realidade com pensamentos intelectuais". PERRENOUD (2000, p.111).

As exigências na prática educativa são constantes, mas toda intervenção pedagógica, realizada na sala de aula, deve passar pela identificação e conhecimento do professor, tais como: a organização social da aula; a utilização dos espaços e dos tempos; a maneira de organizar os conteúdos; as características e o uso dos materiais curriculares e o papel da avaliação.

Variáveis exigem do professor a abertura para um processo de aprendizagem constante e sistemático. Surgem, então, alguns questionamentos: os professores dispõem destes conhecimentos? Qual é a concepção de avaliação? De que maneira o professor avalia? Que desafios propõe?

As interrogações supõem um processo docente-educativo complexo, vinculado a um emaranhado de possibilidades organizadas pelo professor. Nesta perspectiva, Morin (2002), defende a importância de uma prática docente que seja fundamentada em teorias atualizadas e planejamento flexível, sem improvisações, em vista de uma abordagem democrática.

O poder dos meios de comunicação é inegável. Há um crescimento estrondoso, que interfere nos diversos setores da vida e em relação à educação não é diferente. Por isso, torna-se de salutar importância a harmonia simbiótica entre os conhecimentos teóricos e práticos, como suporte para a ação eficaz do profissional da área educacional.

“A formação de cidadãos deve ser vista como a preparação de homens pensantes, que buscam continuamente novos caminhos, e não de máquinas que sempre repetem automaticamente os mesmos movimentos” (LINHARES, 1991, p. 47) apud ALVES, 1999, p. 53).

Essa tese corrobora a necessidade, como proposta, de uma permanente reflexão acerca da prática pedagógica. É relevante que os educadores tenham consciência e assumam posturas, com a finalidade de atualização e acompanhamento das mudanças de paradigma.

Nas novas exigências educacionais, o professor é imprescindível, com atributos contundentes no ajuste da didática às novas realidades da sociedade, do conhecimento do aluno e dos meios de comunicação. Na concepção de Libâneo (2002, p. 39), “(...) ao professor atual cabe adquirir uma sólida cultura geral, capacidade de aprender a aprender, competência para agir na sala de aula e articular saberes”.

Outra abordagem de extrema relevância é a pesquisa. Nessa perspectiva Azzi, Batista e Sadall compactuam com a linha de raciocínio de Demo, principalmente por ter sido um dos primeiros autores nacionais a discutir a pesquisa na formação docente, em publicação de 1990.

Quando propõe que todo professor seja também um pesquisador é claro que Demo não está imaginando que todos irão criar um conhecimento novo no sentido de fazer avançar as teorias científicas. Ele está propondo que todo professor seja um criador de seu próprio conhecimento através de uma postura investigativa de reconstrução do conhecimento já existente, o que não impede que ele também contribua para descoberta inédita (AZZI; BATISTA; SADALLA: 2002, p.192).

Outro aspecto que merece relevo na prática docente é a construção de valores e atitudes, que perpassam as atividades de ensino e adquirem um peso substantivo na educação escolar. A omissão é causa de grande prejuízo educacional, pois se a escola se omite sobre os valores, abre espaço para a invasão dos valores dominantes em âmbito social. Portanto, é de capital importância que as escolas assumam essa tarefa.

Com uma certa frequência, o fracasso escolar, a má qualidade do ensino, dentre outros problemas são atribuídos à falta de responsabilidade dos professores. Porém, na educação brasileira, raríssimas vezes foram dadas oportunidades de manifestação dos professores acerca da sua formação acadêmica, bem como da prática pedagógica.

Ora, as mudanças, na sua grande maioria institucionais, são introduzidas no universo escolar sem a apreciação dos professores, como se fossem profissionais inaptos a emitir parecer plausível. Alves (2000, p. 58), corrobora essa teoria ao afirmar que (...) há uma grande distância entre quem pensa e quem faz a educação”.

Em suma, a escola deve transcender o espaço reservado para a busca do saber sistematizado. Ela tem a obrigação de elaborar novas estratégias formativas, dar espaço para o senso crítico dos profissionais, promover potencialidades autônomas e, por fim, identificar métodos adequados e eficazes, em vista da transmissão do complexo mundo da ciência.

ADEQUAÇÃO ÀS MUDANÇAS

Na década de 70, após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases do ensino de 1º e 2º graus (Lei nº 5692/1971) os professores foram convidados a fazer parte de um processo de qualificação. Porém a referida Lei não garantia aos docentes a qualificação. Segundo Saviani (1994, p.110) “(...) os objetivos desta são coincidentes na sua formulação com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº4024/1961”.

A Lei 4024/1961 não menciona a questão da formação continuada dos professores. Deve-se a isso o fato da nova reforma do ensino implantado limitar-se apenas a “estimular” a formação dos profissionais. Ora, no capítulo V, artigo 38 lê-se: “Os sistemas de ensino estimularão, mediante planejamento apropriado, o aperfeiçoamento e atualização constante de seus professores e especialistas da educação”.

Do ponto de vista da execução, é digno de nota que as mudanças significativas só se efetivaram após a aprovação da Constituição (CF) de 1998, também conhecida como Constituição Cidadã. Paralelamente à aprovação da Lei de Diretrizes e Bases, a reforma do pensamento constitui um elemento estruturante na nova abordagem educacional. Afinal, a escola não pode alienar-se do mundo. As tecnologias da comunicação e da informação exercem uma força contundente não só no modo de transmitir a mensagem, mas também no modo de pensar, trabalhar e decidir.

A necessidade de uma reforma de pensamento é muito importante para indicar que hoje o problema da educação e da pesquisa encontram-se reduzidos

a mera quantidade,

Maior quantidade de créditos”, “ mais professores”, “ mais informática”. Mascara-se, com isso, a dificuldade – chave que revela o fracasso de todas as reformas sucessivas do ensino: não se pode reformar a instituição sem ter previamente reformado os espíritos e as mentes, mas não se pode reformá-los se as instituições não forem previamente reformadas (MORIN: 2002, p. 79).

Ora, a educação encontra-se diante de um grande impasse, pois ao mesmo tempo que necessita, com urgência, da atualização tecnológica, como pré-requisito, urge modificar as mentes, uma vez que uma não garante a outra.

As tecnologias de informação e comunicação têm provocado profundas mudanças na realidade social, o que impõe novas exigências para o processo educacional. O ensino verbalista, que apenas transmite informações e acumula conhecimentos não subsiste mais; Libâneo (2002, p. 72), “defende a ideia de colocar o professor como mediador da ação pedagógica, aquele que ensina a aprender a pensar”.

A tarefa básica do novo professor é adquirir uma sólida cultura geral, capacidade de aprender a aprender, competência para saber agir em sala de aula, habilidades comunicativas, domínio da linguagem informacional e dos meios de comunicação, habilidade de articular as aulas com as mídias e multimídias. Libâneo (2002).

A reforma pedagógica pressupõe a mudança da escola pluridisciplinar para a abordagem interdisciplinar, cuja proposta é de interação entre duas ou mais disciplinas, visando superar a fragmentação do conhecimento. Segundo Libâneo (2002, p. 81), “(...) a característica central da interdisciplinaridade consiste no fato de ela conseguir incorporar os resultados de várias especialidades a fim de fazê-los integrar, depois de compará-los e julgá-los”.

Uma postura interdisciplinar requer uma mudança conceitual, bem como na prática docente. Um saber fragmentado e descontextualizado jamais desenvolverá nos alunos a capacidade de pensar.

(...) interdisciplinaridade significa não só eliminar as barreiras entre as disciplinas, mas também as barreiras entre as pessoas, de modo que os profissionais da escola busquem alternativas para se conhecerem mais e melhor, troquem conhecimentos e experiências entre si, tenham humildade diante da limitação do próprio saber (BECKER: 2001, p. 46).

Prescindir de tal exigência, significa renunciar o desenvolvimento e o envolvimento de recursos materiais e humanos, na elaboração de uma educação comprometida com a transformação do humano que subsiste na particularidade de cada “ser”.

O professor consciente que se abre a novos conhecimentos e assimilações, torna-se imprescindível no processo de adequação ao quadro de mudanças. O professor e o livro didático deixam de ser fontes únicas de conhecimento,

exigência para adequação às novas fontes do saber.

A internet tornou-se um recurso muito utilizado na busca do conhecimento, porém a escola tem a obrigação de auxiliar os alunos a atribuírem significados às possíveis informações fragmentadas e superficiais, que a internet proporcionar. Libâneo (2002, p. 96) ressalta:

As informações vêm de forma global e desconexa através dos múltiplos apelos da sociedade tecnológica. A escola precisa aproveitar essa riqueza de recursos externos, não para reproduzi-los em sala de aula, mas para polarizar essas informações, orientar as discussões, preencher as lacunas do que não foi apreendido, ensinar os alunos a estabelecer distâncias críticas com o que é veiculado pelos meios de comunicação.

Essa linha raciocínio motiva, sobremaneira, a formação contínua como requisito para o exercício do “múnus” docente, pois a natureza do seu trabalho exige uma sólida e incontestável cultura geral, iniciativa de atualização científica e incorporação das inovações tecnológicas. Porém, não menos importante, enquanto nova postura docente, é a dimensão afetiva. Na sua concepção pedagógica, Libâneo (2002, p. 103), sugere pistas e sugere:

Nesta perspectiva, estamos cada vez mais na presença do desafio de articular linguagens, o que não é apenas uma questão epistêmica, própria do plano da construção do conhecimento, mas, também, do próprio ensino. Não podemos trabalhar somente com linguagens analíticas mas saber articular linguagens simbólicas que nos mostram realidades diferentes (...) A realidade vivida, cotidiana ou não, não se capta através da linguagem analítica mas, sim, através de uma conjunção de linguagens (...) Isto supõe abordar as mediações que há entre o conhecimento disciplinar e o que poderíamos definir como o comportamento dos indivíduos, ou seja, seu mundo de vida como expressão do complexo universo em que está inserido o indivíduo concreto.

É inegável que Libâneo defende uma educação global, o educando visto em suas realidades, no seu mundo concreto, cuja postura deve ser pautada pela ética. O docente deve auxiliar no aperfeiçoamento do comportamento ético dos alunos e saber orientá-los em relação à multiplicidade de possibilidades que a vida oferece, na sua essência.

A postura ética no ambiente escolar é um grande desafio para os educadores que, por sua vez, deveriam se preparar para auxiliar os alunos nas questões relacionadas ao comportamento e disciplina. Os professores são como “gestores de dilemas”, pessoas preparadas para enfrentar os grandes desafios que envolvem a formação de seres humanos responsáveis, éticos e cidadãos. A transformação da sociedade depende dessa postura dos formadores de consciência.

A formação continuada de professores é uma iniciativa louvável diante de tantos desafios pelos quais passa a educação. A capacitação prepara o docente

na busca de soluções plausíveis para questões acadêmicas e existenciais. A viabilidade deste aperfeiçoamento é uma proposta da própria Lei de Diretrizes e Bases, 9.394/96, através da Resolução CP Nº 1, de 30 de setembro de 1999, quando o Presidente do Conselho Nacional de Educação resolve:

Art.1º Os institutos superiores de educação, de caráter profissional, visam à formação inicial, continuada e complementar para o magistério da educação, podendo incluir os seguintes cursos e programas: curso normal superior, para licenciatura de profissionais em educação infantil e de professores para os anos iniciais do ensino fundamental; cursos de licenciatura, destinados à formação de docentes dos anos finais de ensino fundamental e do ensino médio; programas de formação continuada, destinados à atualização de profissionais da educação básica nos diversos níveis; programas especiais de formação pedagógica, destinados a portadores de diploma de nível superior que desejam ensinar nos anos finais do ensino fundamental ou no ensino médio, em áreas de conhecimento ou disciplinas de sua especialidade, nos termos da Resolução CNE nº 2/97; formação pós-graduada, de caráter profissional, voltada para a atuação na educação básica.

A Lei garante muitas possibilidades para a formação de professores, porém a revisão da mentalidade e postura diante de uma gama de necessidades, contribuirá sobremaneira para que a mudança estrutural seja concretizada no cotidiano das escolas.

O aluno deve ser visto como ser único, receptivo e interessado, capaz de aprender com os próprios erros, buscar respostas, desafiar e ser ousado na construção do conhecimento. Para Demo (1997, p. 28), o professor precisa "(...) saber propor seu modo próprio e criativo de teorizar e praticar pesquisa, renovando-a constantemente e mantendo-o como fonte principal de sua capacidade inventiva".

Nessa perspectiva, a metodologia deve apoiar-se na busca de produção do conhecimento por alunos e professores, com criatividade, criticidade e autonomia. Uma metodologia eficaz conduz o aluno, pelas trilhas do saber, a pensar, aprender e criticar.

É inegável que os professores são imprescindíveis no processo educacional, porém, concomitantemente, são necessárias novas atitudes. Tais atitudes objetivam formar um cidadão, sujeito da contemporaneidade, capacitado e comprometido com a vida em sociedade. Para Saviani (1986, p. 73):

Ser cidadão significa ser sujeito de direitos e deveres. Cidadão é, pois, aquele que está capacitado a participar da vida da cidade literalmente e, extensivamente, da vida da sociedade(...); ser cidadão significa, portanto, participar ativamente da vida da sociedade moderna, isto é, da sociedade cujo centro de gravitação é a cidade.

Uma educação integral, formadora do ser humano consciente e crítico é a base para o exercício da cidadania. Segundo Saviani (2003, p. 94), "(...) a escola deve ser mediadora do senso comum e a consciência filosófica, possibilitando ao

educando desenvolver uma visão científica do mundo que o cerca”.

Em suma, adequar-se às mudanças em âmbito educacional, pressupõe uma iniciativa salutar da parte dos professores, na busca de formação contínua, com a finalidade de gerenciar, com eficácia, sua profissão. O docente comprometido com a formação integral do “ser pessoa” é o principal responsável pela administração da sua própria formação. Portanto, não se comprometer com a formação continuada é caminhar na contramão da educação de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final de um trajeto investigativo, cujo objetivo foi refletir sobre o papel do professor, diante da tecnologia e das novas concepções pedagógicas, julga-se oportuno elaborar algumas premissas conclusivas acerca de um tema que requer perspicácia, em vista de sua importância e contundência.

O conhecimento do professor, aliado à experiência, promove uma construção que se efetiva em âmbito profissional, pessoal e social. As demandas atuais em relação ao profissional docente, no que se refere à formação continuada e atualização tecnológica, motivam transformações em vista de uma tomada de consciência frente ao seu papel transformador da sociedade. Nessa perspectiva, o estudo defendeu a ideia de que é impossível separar o eu profissional do eu pessoal.

O trabalho possibilitou analisar os pontos principais da reflexão-ação de um profissional, que se compromete com sua função em ambiente educacional. Um agente de transformação cujo perfil deve priorizar o saber integral e contextualizado, em vista de formar um cidadão capaz de atuar no seu contexto vital, com maturidade para superar seus desafios cotidianos.

A educação, enquanto promotora da formação integral e cidadã, precisa abordar temas de extrema necessidade como por exemplo, as questões ambientais, de sustentabilidade, elementos étnicos-raciais e muitos outros que exigem uma reflexão com postura madura e equilibrada.

O processo de formação de professores deve ser contínuo, pois o ser humano é um ser em constante aperfeiçoamento. A oferta de cursos de especialização deve fazer parte do planejamento das Secretarias de Educação. Só assim, os professores estarão aptos às mudanças de paradigmas, dispostos a se aprimorar, aprender novas habilidades - como o uso da informática - e aplicar novos conhecimentos à sua prática hodierna.

As exigências de uma nova conduta em sociedade, passa pela formação da identidade docente. A humanidade enfrenta uma fase extremamente delicada e desafiadora. O covid-19, que chegou para desestabilizar as estruturas sociais,

exige mudanças radicais de postura. Uma mudança básica está relacionada à utilização da tecnologia, no sentido de suprir a necessidade de relações, bem como promover ambientes saudáveis e eficazes na execução de tarefas laborais.

Ora, inserida neste contexto, a educação passa por um estágio de transformação. O conhecimento não pode dar lugar à indiferença, por isso é necessário que o contato, ainda que “remoto”, entre professores e alunos não seja prejudicado, ou interrompido. Em função disso, o professor torna-se o grande responsável por se reinventar e continuar a transmitir o conteúdo via novas tecnologias.

A tecnologia tem mostrado seu poder e eficácia num período desafiador na história da humanidade. Simbioticamente, o professor deve mostrar sua capacidade de adaptar-se às novas possibilidades, que se desvelam no cenário mundial e educativo.

A interação homem-máquina precisa ser fortalecida, com o propósito de promover a humanidade. O ser humano é portador de uma dignidade inalienável, que o insere num patamar privilegiado, porém a tecnologia, criada por ele, não pode ser desprezada, principalmente neste momento crucial.

REFERÊNCIAS

ALVES, N. **Formação de Professores: pensar e fazer**. São Paulo: Cortez, 1999.

ARANHA, M. L. A. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Moderna, 1989.

AZZI, R. G.; BATISTA, S. H. S.S.; SADALL, A. M. F. A. **Psicologia e Formação Docente: desafios e conversas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

BECKER, F. **A Epistemologia do Professor. O Cotidiano da Escola**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Resolução nº1, de 15 de maio de 2006. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, nº 92, 16 de maio de 2006. Seção I, p. 11.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL- artigo 206, inciso V.

DEMO, P. **A Educação do Futuro e o Futuro da Educação**. Campinas: Autores Associados, 2005.

GIKOVATE, F. **A Arte de Educar**. Curitiba: Nova Didática, 2001.

Lei de Diretrizes e Bases - nº 9394/96.

LIBÂNEO J. C. **Adeus Professor, Adeus Professora? Novas Exigências Educacionais e Profissão Docente.** São Paulo: Cortez, 2002.

MORIN, E. **Educação e Complexidade: os sete saberes e outros ensaios.** São Paulo: Cortez, 2002.

Parâmetros Curriculares Nacionais. **Apresentação dos Temas transversais e Ética.** Secretaria de Educação Fundamental. Vol. 8 – Brasília - MEC – Ministério da Educação e do desporto, 1997.

PERRENOUD, P. **Dez Novas Competências para Ensinar.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica.** São Paulo: Cortez, 1980.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações.** Campinas: Autores Associados, 2003.

SEABRA, G. F. **Pesquisa Científica: o método em questão.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

ZABALA, A. **A Prática Educativa: como ensinar.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

O autor declara não haver qualquer potencial conflito de interesses referente a este artigo.